

## UMA COMPREENSÃO SOBRE A AUTORIDADE: SEUS FUNDAMENTOS E EFEITOS NA RELAÇÃO EDUCATIVA

Núbia Silvia Guimarães Paiva\*

*“Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles.”*

Paulo Freire (1996)

**Resumo:** As relações entre professores e alunos são entrelaçadas por muitas questões que fazem da prática educativa um momento complexo e conturbado. Um dos conflitos que permeiam a sala de aula diz respeito à autoridade do professor. Qual a sua legitimidade? Em que momentos o professor deve usá-la? Quando é que o professor está tendo autoridade ou está sendo autoritário? Existe essa diferenciação? Como o professor pode exercer sua autoridade sem impedir que o aluno construa sua autonomia? Partindo desses questionamentos, buscamos nesse trabalho, clarificar os conceitos sobre autoritarismo e autoridade bem como perceber dentro desse debate se há uma legitimidade para a autoridade na convivência entre as pessoas, evidenciando qual o vínculo que se estabelece entre a autoridade do adulto e a liberdade e autonomia da criança nas relações educativas.

**Palavras- Chave:** Autoridade. Autoritarismo. Autonomia da Criança.

**Abstract:** The relationships between teachers and students are interwoven by a lot of issues that make educational practice a complex and disturbing moment. One of the conflicts that permeate the classroom is concerned to the teacher's authority. What is its legitimacy? In what moments should the teacher use it? When is it that the teacher is having authority or is being authoritarian? Does that differentiation exist? How can the teacher exercise his/her authority without impeding that the student builds his/her own autonomy? Having these questions in mind, we look for clarifying the concepts

---

\* Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.

about authoritarianism and authority. We also want to observe if there is legitimacy to authority in the coexistence among people, evidencing the bond that is established between adult's authority and children's autonomy / freedom in educational relations. We tried to elucidate in what measure the authority - in the relationships between teachers and students - contributes to their education observing the differentiation between the legitimated authority and the use of authoritarianism.

**Keywords:** Authority. Authoritarianism. Autonomy of the Child.

## Introdução

Durante nossa pesquisa de mestrado<sup>1</sup> e também em diferentes momentos de nossa carreira profissional, deparamo-nos com situações conflituosas entre professores e alunos no que se refere ao comportamento desses últimos. A partir de nossa permanência na escola atuando<sup>2</sup>, ou nos momentos de trabalho de campo, podemos dizer que a (in)disciplina dos alunos, muitas vezes, ocupa um lugar central na atenção dos professores. Percebemos que o comportamento das crianças está, muitas vezes, relacionado à autoridade de seus mestres. Assim, este texto visa apresentar uma discussão acerca das relações estabelecidas entre professores e alunos, principalmente no que concerne a dois aspectos: a autoridade ou o autoritarismo do professor frente a seus alunos. As relações entre professores e alunos são entrelaçadas por muitas questões que fazem da prática educativa um momento complexo e conturbado. Um dos conflitos que permeiam a sala de aula e que está diretamente ligado à relação professor-aluno diz respeito à autoridade do professor que muitas vezes é confundida com autoritarismo. Pensar acerca de tais relações em sala de aula, possibilita-nos refletir sobre questões fundamentais do dia a dia da escola, ou seja, a autoridade ou o autoritarismo do professor pode contribuir para a constituição de sujeitos no cotidiano escolar. Assim, faremos um exercício que caminha da conceituação desses dois elementos, destacando, com base em alguns pensadores importantes, as linhas divisórias entre autoridade e autoritarismo, bem como as contribuições de cada um deles para a constituição de sujeitos e das relações estabelecidas nas escolas.

---

<sup>1</sup> Paiva, Núbia Sílvia Guimarães. *A (In)disciplina na escola e o processo de constituição de sujeitos no cotidiano da sala de aula*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

<sup>2</sup> Trabalhamos, durante sete anos, em uma escola pública municipal, em um cargo administrativo na secretaria da escola.

## Os Fundamentos da Autoridade

Optamos por discorrer acerca desse tema a partir do pensamento de autores importantes e contemporâneos da filosofia e psicologia, e que, cada um a seu modo, trazem contribuições fundamentais para nosso debate. Na contemporaneidade, o debate entre conservadores e liberais mostra uma oscilação entre o entendimento que se tem sobre como lidar com a autoridade do adulto e também com a liberdade das crianças. De um lado, os conservadores acreditam que a autoridade é essencial para as instituições políticas e a sua ausência pode levar à anarquia, de outro, os liberais defendem o direito à liberdade.

Dentre alguns autores da filosofia, elegemos Reboul<sup>3</sup>, por apresentar uma discussão interessante acerca do tema discutido. Ao tratar da relação entre autoridade e educação, diz que não se concebe educação sem autoridade e nesse contexto ela é entendida como supremacia de quem a exerce, obtendo dessa forma uma relação vertical na educação. Ao questionar essa concepção, Reboul faz distinções do que entende por autoridade, dizendo que a mesma é legitimada diante do exercício de um papel ou de uma função. De acordo com esse autor, a educação conhece a autoridade da regra, do perito, do árbitro, porém, a que se impõe no sistema educativo é a mais irracional de todas que é a que ele chama de autoridade do Rei, que, para as crianças em idade de obedecer se apresenta como absoluta e inquestionável. Essa relação se dá de forma coercitiva e submissa, não levando o homem à sua emancipação, ou seja, os fins da educação são contraditados pelos meios empregados para alcançá-los, pois quer elevar à criança à liberdade e ao uso de sua própria razão, no entanto, nesse processo, utiliza-se a coerção, abafando na criança justamente esses dois objetivos a serem alcançados por meio da educação.

Para enriquecer nosso estudo buscamos também o pensamento de Lobrot<sup>4</sup>, por abordar em suas produções, reflexões a partir da psicologia, mas que se ampliam para o campo da pedagogia e psicopedagogia. Segundo Lobrot<sup>5</sup>, a autoridade foi fato por muito tempo inquestionável e sua tese central é de que esta provém, principalmente, da natureza psicológica, sendo por isso “*uma reação e uma atitude humanas em face da natureza e dos outros*”<sup>6</sup>.

Sua análise mostra que o indivíduo em situação dominante, que pilha e explora o seu semelhante o faz em grande parte porque detém autoridade, e

---

<sup>3</sup> Reboul, Olivier. *Filosofia da educação*. Trad e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Nacional, 1978.

<sup>4</sup> Lobrot, Michel. *La pedagogía institucional*. París,. Gauthier-Villars, 1967. .289 páginas.

<sup>5</sup> Lobrot, Michel. *A Favor ou Contra a Autoridade*. Trad. De Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

<sup>6</sup> *Idem Ibidem*, p. 10.

pode verificar-se isso nas piores formas de exploração. A autoridade está arraigada em nossas vidas e é difícil dela não fazermos parte.

De acordo com Lobrot há uma associação entre repressão e autoridade, pois trata-se de uma força utilizada arbitrária e ditatorialmente, por um grupo restrito de pessoas contra a maioria, porém, sempre em seu nome. Esse autor trata desses dois termos sem fazer distinção entre autoridade e autoritarismo, dando-nos a impressão de que produzem o mesmo efeito, em que o fim da autoridade consiste em dominar a maior parte da população em nome da igualdade dos homens, do progresso ou do desenvolvimento. Dessa forma, define autoridade como a *“antítese do desejo ou uma forma particular de coerção, que significa falta de coincidência entre o ato e o desejo”*<sup>7</sup>.

A origem dessa autoridade está em carências graves no desenvolvimento da personalidade entendida por Lobrot como uma personalidade enferma dominada pela angústia, que desencadeia as condutas autoritárias, pois são permeadas por *“uma desconfiança sistemática com respeito aos outros”*<sup>8</sup>, pois nesse tipo de relação o outro aparece como *“alguém perigoso, incerto, fraco, infantil, preguiçoso, malévolo que é preciso coagir”*<sup>9</sup>.

Ao analisar o fenômeno da autoridade Lobrot o faz em seu aspecto social e também individual, observando que no exercício da autoridade recorrem-se à repressão e coerção com o objetivo de fazer com que haja obediência. O que esse autor adverte é que *“o ato feito por obediência nada mais é do que um ato de fuga ou de evitação e esta é sua única significação psicológica”*<sup>10</sup>. Tal ato, que é quase mecânico, consiste em afastar um mal ou em repelir uma dor, o que então, afasta o sujeito de uma compreensão sobre a necessidade de agir dessa ou de outra maneira, tirando sua oportunidade de decidir.

Como afirmamos anteriormente, esse autor não define bem as linhas divisórias entre autoridade e autoritarismo. Lida com o termo autoridade opressora definida como uma força negativa que impede o indivíduo de se desenvolver e de agir positivamente. E como contraponto a esse tipo de autoridade, apresenta uma concepção que denomina de *“influência”*, que seria positiva porque não obriga ou não impõe nada pela força física e nem pela força psicológica. Seu objetivo é propor, solicitar, sugerir e oferecer.

## **Algumas considerações sobre a liberdade**

Lobrot entende que a liberdade é o poder de decidir e escolher entre

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 35.

alternativas. Essa escolha é influenciada pelos sentimentos e desejos, sendo que a atividade da escolha implica o uso de um princípio chamado de eficácia. Segundo esse autor, é através desse princípio que se faz o exercício de escolher, tornando possível para o sujeito tatear e construir um sistema de escolha só seu, ou seja, *“um sistema original, válido para ele, de relações entre atos ou processos que estão todos centralizados no objetivo a ser atingido”*<sup>11</sup>. Nesse processo, o sujeito compreende a ligação entre os modos pelos quais efetua suas escolhas e os resultados a serem alcançados. No momento em que o sujeito realiza ou exercita suas escolhas, desenvolve uma capacidade de criação – liberdade criativa - em que os métodos pelos quais as realiza permitem-lhe não uma simples repetição das aprendizagens anteriores, mas uma atividade que é única porque só pertence a ele, ou seja *“o sujeito cria seu próprio mundo, o que fazem todos os criadores em todos os domínios, e conquista sua autonomia ao fazê-lo.”*<sup>12</sup>

Para nós, compreender essa capacidade de criação foi fundamental para entender o próprio pensamento do autor sobre a importância da liberdade na vida do sujeito pois um dos prejuízos da autoridade, segundo ele, é o tolhimento da criatividade.

De acordo com Lobrot, todo ser vivo possui uma tendência para buscar a liberdade. A liberdade que busca, visa produzir algo novo, ou seja, criar. Isso é algo característico, especialmente do homem que procura desenvolver-se na medida em que produz novas realidades em relação às antigas e possui por isso, autonomia, apresentando capacidade para mudar suas concepções sobre a autoridade e assim repeli-la. Temos a liberdade de compreender qual a natureza e a origem das coerções que fazem parte de nossa vida e isso dá-nos um poder sobre o meio e sobre suas estruturas coercitivas: *“posso então trabalhar para minha própria liberação e para a dos outros. Modifico então o próprio processo de submissão e isto pode funcionar numa grande escala.”*<sup>13</sup>

Sempre que falamos em liberdade, vem-nos à mente o pensamento de Rousseau, por ter sido este um grande defensor da liberdade na educação. Porém, prestando mais atenção em seus escritos, podemos perceber que Rousseau<sup>14</sup> propõe uma educação em que a liberdade é bem regrada e respeitar a liberdade da criança, não significa ceder a todos os seus caprichos, pois assim não se está respeitando sua liberdade e sim corrompendo-a. No entanto, esse

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 160 -161.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 177.

<sup>14</sup> Rousseau, Jean Jaques. *Emílio ou da Educação*. Trad. de Sérgio Milliet. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

autor propõe uma educação em que educadores e crianças sejam tidos como iguais e a relação entre eles seja livre de coerção. Canivez, ao sintetizar a idéia de “autoridade pedagógica” de Rousseau, registra que a autoridade significa “as ordens explícitas do educador, as que ele dá mostrando o próprio poder”<sup>15</sup>. Por isso muitas vezes essa autoridade tem efeitos negativos sobre as crianças quanto não faz sentido para elas. Esses efeitos estão relacionados à percepção da criança que ainda é incapaz de entender os motivos objetivos do que lhe ordenam, interpretando as ordens como um desejo pessoal do adulto, que quer levá-la a aceitar sua vontade. Dessa interpretação advêm duas situações: ou a criança se rebela e se opõe à ordem expressa entendendo que está opondo o seu desejo ao desejo particular do adulto e se tem uma situação de confronto; ou ela se submete incondicionalmente ao adulto, tornando-se, a longo prazo, sujeita à vontade do outro sem refletir, mesmo que sejam imposições arbitrárias. Na primeira situação, haverá confronto direto ou indireto o que irá gerar atitudes por parte das crianças com o objetivo de dar a volta nas exigências do mestre “obedecerá na aparência, mas dará um jeito para fazer o que lhe agrada. Vai assim aprender a dissimular e a mentir. Vai aprender também a espionar, a espreitar as fraquezas do outro pelas quais poderá manobrá-lo.”<sup>16</sup>

Na segunda, a criança tenderá a se anular sem nem mesmo pensar no que estão lhe ordenando, obedecendo sem questionar. Ao permanecer nesse padrão de relacionamento por muito tempo, tenderá ainda a se tornar um sujeito apático às questões que a rodeiam.

É por isso que Rousseau defende que autoridade deve ser exercida frente à criança como algo impessoal, ou seja, não se deve dar ordens à criança de forma que ela as cumpra de acordo com sua vontade. Deve-se organizar-lhe “o quadro de vida de tal forma que ela deseje só aquilo que, objetivamente, é bom para ela”<sup>17</sup>.

Kant<sup>18</sup> buscou mostrar que o processo educativo deve ser subordinado à natureza humana e que a perfeição da humanidade está nas mãos da educação, pois na medida que é educado, o homem atinge a moralidade. E é esta moralidade que faz com que os indivíduos socializem-se com outras pessoas e consigam chegar à liberdade através da reflexão. A educação, portanto, possui como ponto de chegada, tornar as pessoas autônomas, capazes de operar e pensar por princípios, tendo a disciplina como principal aliada ao processo educativo.

---

<sup>15</sup> Canivez, Patrice. *Educar o cidadão?*. Trad. Estela dos Santos Abreu, Cláudio Santoro. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1998, p. 34.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>18</sup> Kant, Immanuel. *Sobre a Pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996.

Segundo Kant, apenas é considerado livre, aquele que possui uma conduta submissa às leis da sociedade. Nesse sentido, a educação não é livre, porém deve formar para o exercício da liberdade, a liberdade de agir de acordo com a razão.

Percebemos então, aproximações entre as concepções de Rousseau e Kant, para os quais a autoridade do adulto legitima-se em função de uma experiência. Isto é o que governa a criança são as imposições discretas, vivenciadas na experiência, representadas em pequenas coisas. O educador dá ordens ao aluno, porém provoca-lhes a vontade de fazer o que já estava decidido que ele fizesse<sup>19</sup>.

Paulo Freire<sup>20</sup> tem uma visão sobre a questão da liberdade que consideramos importante assinalar, buscando delinear as relações entre autoridade, liberdade e autonomia. Trata-se de liberdade a participação livre e crítica dos educandos no processo educativo, podendo decidir acerca do processo que estão vivendo mesmo correndo o risco de não acertar em sua escolha. No entanto, tal liberdade implica certos limites imprescindíveis para a conquista da autonomia. Ser livre então, é poder decidir dentro das limitações de seus direitos, pois, *“é decidindo que se aprende a decidir. Não posso aprender a ser eu mesmo se não decido nunca, porque há sempre a sabedoria e a sensatez de meu pai e de minha mãe a decidir por mim.”*<sup>21</sup>

Portanto, a autonomia para Paulo Freire é um exercício constante desenvolvido a partir dos processos de decisões tomadas pelo indivíduo. Autoridade e liberdade são compartilhadas quando se entende que é necessária uma intervenção do adulto na ação do sujeito de forma a dirigi-lo, objetivando formar pessoas que sejam pertencentes a si próprias e sejam responsáveis por tudo o que pensam e desejam. Nesse sentido, esse autor afirma que a liberdade é sempre relativa, pois é em parte determinada, mas também conquistada. Nessa concepção é *“conferido ao professor em seu papel de autoridade, a função de orientar seus alunos”*<sup>22</sup>.

## **A autoridade e o autoritarismo: linhas divisórias**

Buscamos as origens etimológicas dos termos Autoridade e Autoritarismo tentando perceber as origens de cada uma dessas expressões. Porém, em se

---

<sup>19</sup> Canivez. *Op. cit.*

<sup>20</sup> Freire, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

<sup>21</sup> *Idem, Ibidem*, p. 119.

<sup>22</sup> Guzzoni, Margarida Abreu. *A Autoridade na Relação Educativa*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 44.

tratando de definições etimológicas, os termos em si não apresentam diferenças. Autoridade e autoritarismo têm o mesmo significado, ou melhor, no material que consultamos as definições colocam que é autoritário quem tem autoridade

Autoridade vem do latim *auctoritate*. Direito ou poder de fazer obedecer, de dar ordens, de tomar decisões, de agir, etc. Aquele que tem tal direito ou poder. Órgãos do poder público. Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis, representantes do poder público. Influência, prestígio, crédito. Indivíduo com competência indiscutível em determinado assunto. Permissão, autorização<sup>23</sup>.

Autoritário é “*relativo a autoridade. Que se baseia na autoridade; despótico. Que procura impor-se pela autoridade. Altivo, impositivo, dominador, arrogante, impetuoso, violento, impulsivo.*”<sup>24</sup> Autoritarismo por sua vez é um “*Regime político que postula o princípio da autoridade aplicada em detrimento da liberdade individual, despotismo, ditatorialismo.*”<sup>25</sup>

Diante de tais definições e das reflexões apresentadas anteriormente, entendemos que não se pode interpretar a autoridade do professor a partir dos significados trazidos etimologicamente pelos termos autoridade e autoritarismo, e sim, a partir dos significados trazidos e propostos pelos autores que estudamos, autores que, apesar de não terem se preocupado em utilizar tais denominações, fazem-nos perceber que há legitimidade para a autoridade do professor na relação educativa que lhe permite conduzir o processo de ensino. Identificamos que tais distinções se dão por meio de outras denominações como “confiança” em Reboul e Rousseau, “influência” em Lobrot, e ainda, autoridade em Paulo Freire. Em nosso entender, tais denominações podem ser compreendidas atualmente como autoridade, e os seus opostos, como autoritarismo.

No trabalho de Guzzoni podemos encontrar reflexões que distinguem e explicitam algumas linhas divisórias entre autoridade e autoritarismo. Para essa autora, autoritarismo tem como característica o uso da liderança e da autoridade manifesta com a função de vigiar dentro de uma relação hierárquica definida como superior-subordinado. No caso da escola, o professor é quem toma as decisões e o aluno apenas obedece sem contestar. As punições constituem medidas vingativas exigindo do aluno utilidade e docilidade como resposta. O sistema autoritário apresenta a autoridade como essencialmente tirânica, repressora e deformadora, não se conciliando jamais, autoridade e liberdade.

---

<sup>23</sup> Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>24</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>25</sup> Ferreira, *Op. cit.*

Para Paulo Freire, “*ensinar exige liberdade e autoridade*”<sup>26</sup> e nesse contexto, entende autoritarismo como a imposição da vontade de outrem, seja o educador ou os pais, sem que se permita ao educando sua própria participação nas decisões de sua vida, desrespeitando a autonomia, curiosidade e a criatividade de cada um, prejudicando a própria construção do conhecimento.

Lobrot apresenta-nos uma definição interessante acerca do autoritarismo. Para ele o autoritarismo provoca a censura de nossas pulsões e de nossos desejos, modelando-os e determinando seus modos de existência. Acreditamos que a censura e a determinação exercida dentro desses moldes podem contribuir negativamente para a construção da autonomia dos sujeitos, uma vez que não possibilita às crianças experienciarem situações fundamentais para o seu desenvolvimento tais como, poder escolher e participar de decisões, ter direito a se expressar, demonstrar seus medos e fraquezas a criar, dentre outras.

## **Considerações Finais**

Buscamos nesse estudo, compreender se há uma legitimidade para o uso da autoridade, principalmente nas escolas e na relação professor-aluno, observando se tal autoridade contribui para um bom desenvolvimento da aprendizagem e para a autonomia do educando.

Percebemos que a diferenciação entre os conceitos autoridade e autoritarismo é algo recente nas discussões entre os pesquisadores e que tal distinção ocorre no momento em que despontam significativos estudos sobre o desenvolvimento infantil que alteraram consideravelmente os processos pedagógicos bem como a forma de conceber a infância. As crianças agora são vistas, não apenas como alguém que deve simplesmente cumprir aquilo que lhe for determinado, mas como um sujeito que deve opinar, participar, criar ativamente seu conhecimento. No entanto, essas novas configurações no papel do aluno dentro da escola não anulam a função do professor que agora passa a ocupar outro papel, o de auxiliar, orientar, facilitar e organizar o processo educativo. Ocupar esse lugar e praticar essa nova relação com os alunos implica ter também um novo olhar sobre sua “autoridade”, pois não podemos nos esquecer que nos constituímos historicamente e que trazemos conosco as marcas de nossa própria vivência, seja familiar, seja escolar.

A questão central, no entanto, aparece como algumas indagações que precisamos começar a fazer em nossas práticas educativas. Por isso, fazemos nossas as palavras de Canivez:

---

<sup>26</sup> FREIRE, Paulo. *Op. cit.* p. 117.

“como estimular no indivíduo o hábito de obedecer, sem provocar a sujeição? Como exercer a autoridade sobre alguém sem torná-lo um eterno menor, sempre dependente da ordem estabelecida ou das “autoridades”, isto é, do homem político, do superior hierárquico e dos manipuladores? Como exercer a autoridade a fim de produzir a liberdade em vez do poder, a autonomia em vez do condicionamento, a responsabilidade em vez da submissão?”<sup>27</sup>

Eis algumas importantes questões que necessitam estar presentes em nossos debates e em nossas práticas em sala de aula, a fim de repensarmos as relações que ali estabelecemos e os sujeitos que ali ajudamos a constituir.

### **Referências:**

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

CAVINEZ, Patrice. *Educar o cidadão?*. Trad. Estela dos Santos Abreu, Cláudio Santoro, 2 ed. Campinas: Papyrus, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GUZZONI, Margarida Abreu. *A Autoridade na Relação Educativa*. São Paulo: Annablume, 1995.

Kant, Immanuel. *Sobre a Pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996.

LOBROT, Michel. *A Favor ou Contra a Autoridade*. Trad. De Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

REBOUL, Olivier. *Filosofia da educação*. Trad e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Nacional, 1978.

ROUSSEAU, Jean Jaques. *Emílio ou da Educação*. Trad. De Sérgio Milliet. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

---

<sup>27</sup> Cavinez, *Op. cit.* p. 34.